

Opiniões/propostas da Associação de Professores de História para a Revisão da Estrutura Curricular

Exmo. Senhor Ministro da Educação e Ciência,
Exmo. Senhor Diretor da Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
Exmos. Senhores,

Respondendo ao desafio que foi colocado à sociedade civil em geral e à comunidade educativa em particular, a Direção da Associação de Professores de História vem, por este meio, enviar o seu contributo para a Revisão da Estrutura Curricular apresentada publicamente no dia 12 de dezembro de 2011 agradecendo, desde já, a possibilidade de participar.

As nossas opiniões e propostas são as seguintes:

1. Congratulamo-nos com a total independência da área científica e disciplinar da História.
2. Congratulamo-nos com o aumento da carga horária para as Ciências Sociais e Humanas em geral, e para a disciplina de História em particular, embora consideremos que fica ainda muito distante da situação que existia antes de 1998, altura em que foram retirados 3 tempos de 50m à disciplina no 3º ciclo do ensino básico.

Consideramos que este aumento vem valorizar não só o papel da História, enquanto disciplina nuclear na formação de cidadãos conscientes e críticos mas, também, o das Ciências Sociais e Humanas na formação geral dos indivíduos.

3. Esperamos que as novas fases da reforma possam vir a ajustar a carga horária da disciplina para nove tempos de 45 minutos em todas as escolas, o que corresponde a um bloco de 90m e um tempo de 45 m para o 7º, 8º e 9º anos de escolaridade.
4. Esperamos igualmente que, ao repensar-se o ensino secundário, se possa prever uma disciplina de *História do Mundo Contemporâneo*, a ser leccionada por professores de História, para os Cursos Científico-Humanísticos que não têm História.
5. Consideramos que a História deve integrar um currículo nacional obrigatório, com tempos curriculares definidos pelo Ministério da Educação e Ciência e nunca sujeitos à decisão das escolas. Esta decisão será fundamental para manter a autonomia da disciplina e, também, para evitar arbítrios, incertezas e disputas entre colegas no mesmo local de trabalho, assim como para manter o princípio da igualdade (que passa também pela igualdade nas aprendizagens), entre alunos de diferentes escolas.
6. A autonomia científica e disciplinar só conseguirá efetivar-se se for alterado o atual modelo de formação inicial de professores, revalorizando a formação científica e didática dos futuros professores de História. É fundamental que seja revogado o anexo 11 do Decreto-Lei nº 43/2007, e que a habilitação profissional concedida aos professores de História seja concedida pelo grau de mestre em ensino da História,

ou seja, que o futuro professor de História seja licenciado em História e que não tenha, apenas, algumas disciplinas semestrais de História no seu currículo como sucede desde 2007.

Lisboa, 04 de janeiro de 2012

Raquel Pereira Henriques

(Presidente da Associação de Professores de História)